

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE**
2 **FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIFESP – MAIO/2015**

3 Aos sete dias do mês de maio do ano de 2015, na sala 420 da unidade provisória da
4 Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo,
5 realizou-se a reunião ordinária da Congregação do Campus Guarulhos. Sob a
6 presidência do Prof. Daniel Arias Vazquez, diretor acadêmico, iniciou-se a reunião às
7 dez horas, após assinatura da lista de presença pelos membros (anexa). Passou-se então
8 à ordem do dia. O primeiro ponto da pauta: **Aprovação da ata da reunião ordinária**
9 **do mês de abril.** Prof. Daniel V. mencionou as alterações propostas pela Prof.^a Izilda
10 Johanson e disse que, como são falas dela, devem constar na ata. Com relação ao
11 pedido da Prof.^a Izilda e da Prof.^a Samira Osman, de que fossem apresentadas as
12 comunicações por e-mail com as coordenadoras de curso sobre a implantação da
13 jornada flexibilizada no setor de Apoio Pedagógico, Prof. Daniel V. apresentou cópias
14 de três mensagens eletrônicas, datadas de 26 de junho, 03 de julho e 04 de julho de
15 2014, em que se tentou marcar reunião para tratar do assunto (que circularam,
16 impressas, entre os presentes). Depois das três tentativas, todas frustradas, foi enviado
17 um comunicado a todas as coordenações de cursos em 07 de agosto de 2014. Colocou,
18 então, na reunião a documentação à disposição para consulta. Prof. Glaydson Silva
19 perguntou se não seria o caso de constar em ata, ao que o Prof. Daniel V. respondeu
20 não considerar necessário, uma vez que ali constavam mensagens pessoais dos
21 envolvidos, justificando a falta de agenda para as reuniões, porém, caso seja o desejo
22 da Congregação, podemos circular para os presentes e colocar na lista de e-mails. O
23 representante técnico Wellington das Virgens declarou que, com relação à fala dele
24 citada pela Prof.^a Izilda, gostaria que se recuperasse exatamente o áudio desse trecho
25 para constar na ata de abril, uma vez que não disse as palavras atribuídas a ele pela
26 Prof.^a Izilda. Aproveitou o momento para convidar as novas coordenações de curso a
27 conhecerem o trabalho do Apoio Pedagógico e pedir que construam todos os processos
28 junto ao setor, dizendo que todas as críticas e sugestões são bem vindas para melhorar
29 o trabalho. Prof.^a Claudia Panizzolo, com a palavra, disse que apesar de respeitar a
30 sugestão da Prof.^a Izilda, acredita que a ata deve ser um registro geral das ideias e não
31 uma transcrição *ipsis litteris* de tudo o que foi dito. Prof. Daniel V. sugeriu aprovar a
32 ata com as alterações propostas pela Prof.^a Izilda. Prof.^a Liana de Paula lembrou das
33 observações que enviou para a lista de e-mails da Congregação, para que tudo o que for
34 aprovado nas reuniões conste em ata – na reunião passada foram três votações e todas
35 devem estar no texto. Prof. Daniel V. disse acreditar que a deliberação que foi feita de
36 aprovar os espaços físicos e de delimitar os espaços de pesquisa constou em ata.
37 Colocou então a aprovação da ata em votação com as alterações propostas pelas Prof.^{as}
38 Izilda e Liana e a mesma foi aprovada com cinco abstenções. Prof. Daniel V.
39 questionou se, afinal, a troca de e-mails deveria ser anexada. Prof.^a Ana Nemi
40 considerou que, como as pessoas que participaram da troca de e-mails não estavam
41 presentes, seria de bom tom consultá-las e dizer que uma parte da Congregação acha
42 que deve constar em ata e a outra parte, não. Prof.^a Claudia P. concordou com a Prof.^a

43 Ana Nemi e a Prof.^a Marineide Gomes lembrou que a Prof.^a Izilda pediu, por e-mail,
44 que os documentos fossem anexados. O representante técnico Wellington V. opinou
45 que devem ser disponibilizados, mas não anexados e o Prof. Glaydson propôs que as
46 pessoas envolvidas fossem consultadas para saber se elas autorizam que a troca de
47 mensagens seja disponibilizada na lista de e-mails da Congregação. O ponto seguinte:
48 **Homologação das novas coordenações dos cursos de Graduação: Filosofia,**
49 **História, História da Arte, Educação e Letras (Português; Português/Inglês;**
50 **Português/Francês; Português/Espanhol – Bacharelado e Licenciatura).** Prof.
51 Daniel V. leu os nomes de todos os novos coordenadores dos seguintes cursos:
52 Filosofia (coordenador: Prof. Tiago Tranjan e vice-coordenador: Prof. Sérgio Xavier);
53 História (coordenadora: Prof.^a Elaine Lourenço e vice-coordenador: Prof. José Carlos
54 Vilaradaga); História da Arte (coordenador: Prof. Vinícius Spricigo e vice-
55 coordenadora: Prof.^a Elaine Cristina Dias), Educação (coordenadora: Prof.^a Vera Lúcia
56 Gomes Jardim e vice-coordenadora: Prof.^a Márcia Romero) e dos cursos do
57 Departamento de Letras: Português – Licenciatura (coordenadora: Prof.^a Juliana Loyola
58 e vice-coordenador: Prof. Rafael Minussi); Português – Bacharelado (coordenador:
59 Prof. Rafael Minussi e vice-coordenadora: Prof.^a Juliana Loyola); Português/Inglês –
60 Licenciatura (coordenador: Prof. Carlos Renato Lopes e vice-coordenador: Prof.
61 Luciano César Garcia Pinto); Português/Inglês – Bacharelado (coordenador: Prof.
62 Luciano César Garcia Pinto e vice-coordenador: Prof. Carlos Renato Lopes);
63 Português/Francês – Licenciatura (coordenadora: Prof.^a Denise Radanovic Vieira e
64 vice-coordenadora: Prof.^a Ana Cláudia Romano Ribeiro); Português/Francês –
65 Bacharelado (coordenadora: Prof.^a Ana Cláudia Romano Ribeiro e vice-coordenadora:
66 Prof.^a Denise Radanovic Vieira); Português/Espanhol – Licenciatura (coordenadora:
67 Prof.^a Simone Nacaguma e vice-coordenadora: Prof.^a Andreia Menezes) e
68 Português/Espanhol – Bacharelado (coordenadora: Prof.^a Andreia Menezes e vice-
69 coordenadora: Prof.^a Simone Nacaguma). Prof. Diego Ambrosini indagou se todos os
70 novos coordenadores de Letras terão assento na Câmara de Graduação e na
71 Congregação. Prof. Daniel V. esclareceu que são oito cursos reconhecidos pelo MEC,
72 com avaliações separadas e pelo Regimento Interno do campus, todas as coordenações
73 de curso tomam assento na Congregação – isso altera a proporcionalidade atual e na
74 eleição para discentes e técnicos será preciso recompor as vagas para que a
75 configuração fique dentro do mínimo previsto. Prof. Tiago Tranjan observou que
76 Letras ficará com peso maior que todos os outros cursos. Prof. Daniel V. disse que
77 pode-se criar um Grupo de Trabalho para discutir o assunto, mas está correto o
78 procedimento de acordo com o Regimento do campus e com as recomendações do
79 MEC, que prevê coordenações diferentes para cada curso. Prof.^a Francine Weiss, com a
80 palavra, disse que a divisão em oito cursos foi orientação expressa das oito avaliações
81 do MEC e que os PPCs foram readequados com base nas orientações dos avaliadores
82 do MEC, sendo aprovados na Congregação de dezembro, que reconheceu, portanto, a
83 existência dos oito cursos e que, naturalmente, haverá readequação da representação. O
84 representante técnico Wellington V. disse achar justa a divisão do trabalho, realmente

85 extenuante para uma única coordenação de curso, mas considera que o sistema de
86 proporção não é adequado e continuará a desigualdade com os demais representantes –
87 com sete docentes a mais, há a proporção de mais um técnico e meio ou um estudante e
88 meio, então um grupo será beneficiado e o outro prejudicado. Sugeriu definir que haja
89 um representante para os Departamentos que tenham um curso e dois representantes
90 para Departamentos com mais de um curso. Prof. Tiago T. disse que está na pauta a
91 discussão do Regimento da Câmara de Graduação e lá está claro que as coordenações
92 terão assento – temos que começar a pensar na composição da Câmara; o problema que
93 enxerga com o curso de Letras é que, por ser maior, terá vantagem nas votações. Prof.
94 Daniel V. voltou a dizer que hoje temos que cumprir o que está no Regimento e até que
95 haja alteração, ele se manterá assim, informando que a eleição dos representantes é
96 feita pelo Consu. Prof.^a Liana de Paula perguntou quando será essa eleição e o Prof.
97 Daniel V. respondeu que será no final do mês de junho. Prof.^a Ana Nemi lembrou que
98 até o final do ano teremos mais professores associados e perguntou se não será
99 necessário votar em mais membros dessa categoria. Prof. Daniel V. respondeu que
100 pensa que não, porque o campus ainda não tem dez anos de existência, mas precisa se
101 certificar disso, acrescentando que o problema de ter um colegiado grande demais é a
102 perda de dinamismo. Colocou então em votação as novas coordenações dos cursos de
103 Graduação e as mesmas foram aprovadas com três abstenções. Passou-se ao terceiro
104 ponto da pauta: **Homologação das novas coordenações de curso de Pós-Graduação**
105 **em Letras, Filosofia e Ciências Sociais e da nova coordenação da Câmara Técnica**
106 **de Extensão.** Prof. Daniel V. apresentou à Congregação os nomes dos novos
107 coordenadores: Letras (coordenador: Prof. Sandro Luís da Silva e vice-coordenadora:
108 Prof.^a Mirhiane Mendes de Abreu) , Filosofia (coordenador: Prof. Juvenal Savian
109 Filho) e Ciências Sociais (coordenador: Prof. Bruno Konder Comparato) e da nova
110 coordenação da Câmara Técnica de Extensão (coordenadora: Prof.^a Adriana Regina
111 Braga e vice-coordenadora: Prof.^a Ilana Goldstein). Lembrou que, com o Prof. Bruno
112 Comparato na coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,
113 passaremos a chamar o suplente para representar os Professores Adjuntos. As novas
114 coordenações foram aprovadas por unanimidade e o Prof. Daniel V. desejou a todos
115 um bom trabalho e sucesso nas novas atividades. O quarto ponto da pauta: **Aprovação**
116 **das Diretrizes Gerais para elaboração dos Regimentos das Câmaras de**
117 **Graduação da Unifesp.** Prof. Daniel V. informou que a Prograd solicitou deliberações
118 das Congregações dos *campi* e que a princípio achou que discutiríamos os Regimentos
119 à medida que fossem mudados. O representante dos técnicos Wellington V. disse
120 acreditar que a Prograd está aberta a alterações; considera que alguns pontos estão
121 expressos em linhas gerais, como o *caput* do artigo quarto: “A Câmara de Graduação
122 de cada Unidade Universitária será composta por Coordenadores de Curso e deverá
123 contemplar a participação das instâncias pertinentes à graduação” – perguntou, por fim,
124 se a Prograd vai assumir a proporção 70/15/15 para que apareça explicitamente no
125 Regimento a participação mínima de técnicos e estudantes. Prof.^a Francine Weiss disse
126 que quem participa do Conselho de Graduação pode esclarecer que ele, com o auxílio

127 das Câmaras, propôs essa Minuta, devido a uma questão de fundo muito importante que
128 é a descentralização do trabalho para uma instância mais viável, pois o CG tem
129 reuniões muito longas, nas quais são aprovados muitos casos, de todos os cursos da
130 Unifesp. Seguiu dizendo que a Prof.^a Maria Angélica, Pró-reitora de Graduação, fez um
131 esforço pessoal e político por essa descentralização do trabalho, para que as Câmaras
132 possam aprovar os documentos do campus de forma mais ágil e proveitosa, já que no
133 CG estão representantes de todos os *campi*, o que acaba emperrando as discussões, pois
134 os procedimentos e realidades dos *campi* são muito diferentes entre si. Concluiu
135 afirmando que acha perfeitamente compreensível essa mudança, a fim de que o
136 trabalho do CG seja descentralizado e a autonomia das Câmaras aumente. Prof. Diego
137 sugeriu, como encaminhamento, que como a Câmara será renovada, se aprovelem as
138 diretrizes mas em vista da formação de um Grupo de Trabalho para tratar do assunto.
139 Prof. Daniel V. lembrou que vai ser deflagrado o processo de revisão do Regimento da
140 Câmara de Graduação e, portanto, a própria Câmara pode fazer essa revisão e propor
141 mudanças para a Congregação. O representante técnico Wellington V. manifestou que
142 a composição da Câmara que vai decidir o novo Regimento está formada e já começa
143 com desvantagem para os estudantes e técnicos, já que são treze docentes, concordando
144 com a formação do Grupo de Trabalho. Prof.^a Ana Nemi informou que a revisão do
145 Regimento deve ser iniciada quando todos os representantes tiverem sido eleitos. Prof.
146 Daniel V. perguntou se vamos aprovar as diretrizes e assumir que a Câmara de
147 Graduação trará uma composição proporcional. O representante dos técnicos
148 Wellington V. propôs que seja feito um adendo ao texto do artigo quarto, de que será
149 garantida a proporção de quinze por cento de técnicos e quinze por cento de estudantes.
150 Prof. Diego disse que aprova a sugestão anterior do servidor Wellington V., de que
151 aparecerá no mesmo artigo que na Câmara de Graduação haverá um representante de
152 cada Departamento e não um de cada curso. Prof. Daniel V. disse que então são duas
153 propostas a serem votadas como recomendação à Prograd. Prof. Diego perguntou se a
154 proposta do Wellington V. deve ser enviada à Prograd, ou se pode ser colocada em
155 nosso Regimento. Prof.^a Marineide Gomes disse que existe uma decisão do I
156 Congresso da Unifesp que é pela paridade, que será deliberada no Consu, então isso
157 está no horizonte e se for aprovado, todos os Regimentos deverão ser alterados. Prof.
158 Anderson M. disse que apesar de entender a pertinência do que está sendo discutido,
159 pensa que estamos fugindo do ponto de pauta e que esse debate deve ser feito em outro
160 fórum, mais produtivo; as diretrizes gerais não devem incluir especificidades do nosso
161 campus. Prof.^a Ana Nemi disse que se devem aprovar as linhas gerais, mas que o
162 Departamento de Letras, com oito cursos, cria uma desproporção. Prof. Daniel V. disse
163 que isso não está em pauta hoje e propôs a aprovação das diretrizes gerais, com um
164 trabalho interno da Câmara recomposta por essas representações todas. Prof.^a Ana
165 Nemi perguntou se o Departamento de Letras concorda em ter um único representante
166 até que o Regimento seja recomposto. Prof. Daniel V. lembrou que haverá mais
167 mudanças, uma vez que também já assumimos criar novos cursos e que não vê
168 necessidade de reproduzir sempre a distribuição igualitária em fóruns diferentes; a

169 proporcionalidade deve ser respeitada e estamos antecipando um problema que a
170 Câmara deverá resolver. Prof.^a Francine Weiss afirmou que a Coordenação do curso de
171 Letras é responsável por 70 professores e 900 alunos – o trabalho era impossível e por
172 isso o Departamento pleiteou oito coordenadores. A Prograd orientou que Letras não
173 poderia ter dois ou quatro representantes para o CG, pois são oito cursos; não cabe ao
174 curso decidir qual é a representação na Câmara ou na Congregação, as instâncias é que
175 decidem a representação. O ponto de pauta é a aprovação das diretrizes gerais, depois
176 haverá o ajuste interno. Seguiu dizendo que a Prof.^a Maria Angélica informou que, com
177 a próxima mudança da legislação, haverá novos coordenadores em outros
178 Departamentos – Letras não quer criar problemas com outras instâncias. Concluiu
179 esclarecendo que a Câmara de Graduação não é uma instância política, mas de
180 trabalho. O representante técnico Wellington V. manifestou que a Congregação,
181 muitas vezes, se furta a debater os assuntos por não ser o momento adequado e eles
182 acabam não sendo resolvidos depois; a Minuta está em discussão e há diversas
183 interpretações para o artigo quarto, por isso acha que não pode permanecer em linhas
184 gerais. Falou, por fim, que os técnicos e o Setor do Apoio Pedagógico consideram que
185 o Departamento de Letras deve realmente ter uma coordenação por curso, devido ao
186 tamanho dos cursos, elogiando o esforço da Prof.^a Francine no tempo em que esteve
187 coordenando o curso. Prof. Tiago disse que, em seu entendimento, o ponto de pauta é
188 mais simples, uma vez que se trata de diretrizes gerais – são duas as propostas, do
189 Wellington V., de explicitar qual é a proporção, e a do Prof. Diego, de que haja um
190 representante de cada Departamento e não de cada curso, proposta que ele apoiou mas
191 vê que foi um equívoco, diante da explicação da Prof.^a Francine sobre o trabalho da
192 Câmara de Graduação; entretanto, ainda vê um problema na representação da
193 Congregação – e propôs seguir com a votação. Prof. Daniel V. colocou em votação a
194 aprovação das diretrizes gerais, com a recomendação de se explicitar o percentual da
195 representação dos segmentos, a saber, setenta por cento de docentes, quinze por cento
196 de técnicos e quinze por cento de discentes – a proposta foi aprovada com duas
197 abstenções. O quinto ponto da pauta: **Indicação de dois representantes docentes para**
198 **a Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CAD) – Promoção para**
199 **Professor Associado.** Prof. Daniel V. esclareceu que, para esse trabalho, é necessário
200 que sejam professores associados, ou acima dessa categoria. Disse que a Prof.^a Ana
201 Nemi, por ser da CPPD, ajudou a fazer o levantamento dos nomes dos professores
202 associados no campus, mas não houve tempo para consultá-los. Prof.^a Liana informou
203 que o Departamento de Ciências Sociais fez uma sugestão pontual de que se converse
204 com os titulares e, na sequência, com os associados, para compor a Comissão. Prof.^a
205 Ana Nemi lembrou que a norma não exige que os docentes titulares venham em
206 primeiro lugar, o que não nos impede de fazer essa consulta. Prof. Glaydson declarou
207 que acha estranho indicarmos na Congregação sem que os próprios interessados
208 estejam aqui e propôs o encaminhamento de falar com eles, para que decidam os
209 nomes, a serem aprovados na próxima reunião. Prof. Daniel V. disse que tanto
210 podemos indicar aqui, a exemplo da indicação do Prof. Henrique Parra para o NIT,

211 quanto podemos fazer a consulta e tratar na próxima reunião. Ficou então decidido, por
212 unanimidade, que será feita consulta aos professores titulares e associados para que
213 indiquem os nomes, que serão homologados na próxima reunião da Congregação. O
214 sexto ponto da pauta: **Criação de Grupos de Trabalho: a) GT de preparação do**
215 **retorno aos Pimentas; b) GT de revisão do Regimento do Campus; c) GT para**
216 **elaboração da Proposta dos cursos de Arqueologia, Arquivologia e Museologia.**
217 Prof. Daniel V. explicou que estamos recompondo as Comissões Permanentes do
218 campus, mas nada nos impede de criarmos Grupos de Trabalho, tendo em vista a
219 necessidade de preparar o retorno para os Pimentas, fazer um trabalho de avaliação do
220 Regimento Interno e avançar nas ações pedagógicas relativas aos novos cursos, mesmo
221 com as condicionantes dos recursos humanos, físicos e financeiros apontados na
222 ocasião de sua aprovação. A proposta é que os três segmentos tenham representação
223 paritária nesses Grupos de Trabalho, exceto no último caso, em que o grupo será
224 composto por docentes com expertise no assunto. Prof. Fábio Franzini, com a palavra,
225 sugeriu incorporar ao GT dos novos cursos, além de professores do Departamento de
226 História, outros docentes interessados e envolvidos nos temas, considerando também a
227 possibilidade de assessores externos de outras universidades que possam nos ajudar na
228 elaboração dos projetos dos cursos. Prof. Daniel V. disse que seria ótimo se tivéssemos
229 esse tipo de assessoria e que poderíamos, inclusive, realizar *workshops* e eventos
230 relacionados a esses cursos, o que seria importante para avançar nos trabalhos. Pediu,
231 então, que os três segmentos enviem os nomes para comporem os Grupos de Trabalho
232 e perguntou se, no terceiro caso, havia alguma proposta de chamada pelo Departamento
233 de História. Prof.^a Marineide sugeriu que a coordenação do curso de História se
234 encarregasse disso. Prof. Glaydson considerou que se tivermos assessores externos
235 sairemos na frente e aproveitou a ocasião para perguntar à Direção Acadêmica como
236 está a questão da aprovação do curso de Direito, pelo qual o campus manifestou
237 interesse. Prof. Daniel V. informou que três *campi* manifestaram interesse no curso:
238 Osasco, São José dos Campos e Guarulhos. Disse que, a nosso pedido, a Prefeitura
239 Municipal de Guarulhos enviou ofício para a Comissão responsável pelos estudos de
240 implantação desse curso, reforçando a importância do curso para a cidade, iniciativa
241 seguida pela Prefeitura Municipal de Osasco. A referida Comissão avaliou as
242 condições de oferta e concluiu que os dois *campi* têm condições de contemplar o curso,
243 mas considera que o campus Osasco é o mais adequado. Esse parecer, entretanto, não é
244 deliberativo, pois quem delibera é o Consu, quando da conclusão dos debates e
245 apresentação do Relatório da referida Comissão. Prof. Daniel V. afirmou ter críticas ao
246 processo e aos critérios para definição de novos cursos, pois as condições para
247 implantá-los devem ser garantidas para então decidir qual o campus que tem condições
248 de sediá-lo. Prof. Tiago indagou se há respaldo do MEC para o curso e Prof. Daniel V.
249 respondeu que será preciso fazer repactuação, pois o MEC tem afirmado que não é o
250 momento de abertura de novos cursos. Prof. Glaydson manifestou que quando o Consu
251 for deliberar temos que fazer campanha para que seja aprovado. Prof. Daniel V.
252 informou que temos aprovado muitos temas caros ao campus Guarulhos no Consu, que

253 temos uma boa relação com o Conselho, defendendo o que se considera importante
254 para o nosso campus e para a Universidade como um todo. Voltou então a falar dos
255 Grupos de Trabalho, dizendo que o GT que vai tratar do retorno aos Pimentas deve ter
256 seis representantes de cada segmento – é necessário o envolvimento dos alunos, como
257 projetos de Extensão, com ações que preparem a volta da Escola ao bairro. Seguiu
258 dizendo que deve haver um plano de ocupação parcial, para que no retorno já haja
259 atividades em funcionamento no local e lembrou o Protocolo com o MEC de que o
260 Laboratório de Línguas esteja funcionando lá em setembro. Sugeriu que os grupos
261 definam um Plano de Trabalho e que em agosto, na reunião da Congregação, já possam
262 apresentar algum resultado. Colocou então a proposta em votação e a mesma foi
263 aprovada, com duas abstenções. O sétimo ponto da pauta: **Abertura de concurso**
264 **docente para o Departamento de Letras.** Prof. Daniel V. esclareceu que trata-se de
265 vaga existente e que não foi preenchida em concurso. A abertura do concurso foi
266 aprovada por unanimidade. O próximo ponto: **Aprovação do novo Regimento do**
267 **Departamento de Letras.** Prof. Anderson M. explicou que houve alterações pontuais
268 no Regimento por conta das novas Coordenações de curso, além de questões de
269 redação. Posto em votação, o novo Regimento foi aprovado por unanimidade. O nono
270 ponto da pauta: **Adesão à rede PROFHistória – Mestrado Profissional em ensino de**
271 **História.** Prof. Daniel V. disse que se trata de um pedido do Programa de Pós-
272 Graduação em História e consiste na abertura de um novo curso de Mestrado, em
273 conjunto (rede) com outras universidades. Prof. Fábio Franzini, com a palavra,
274 explicou que essa rede foi iniciada em 2012 e lançada no ano passado. A proposta
275 partiu da CAPES, de haver um Mestrado Profissional para professores da educação
276 básica, num plano maior, e que até agora oito universidades aderiram ao Programa, que
277 tem um eixo comum de organização, com disciplinas obrigatórias e optativas, as quais
278 podem ser criadas ou aderir às já existentes. Há interesse do Departamento de História
279 em fazer parte dessa rede, mas é preciso a aprovação da Congregação. Prof.^a Marineide
280 considera a importância da qualificação profissional dos professores de educação
281 básica e parabenizou o Departamento de História pela iniciativa, ressaltando a
282 importância para a Unifesp de ações dessa natureza. Fez, então, alguns
283 questionamentos: qual será a contrapartida do MEC? E quanto aos governos locais,
284 qual a relação que se pretende estabelecer com as redes públicas de educação básica
285 (estadual e municipal)? Qual é a infraestrutura – física, material e humana –
286 necessária? Seguiu dizendo que temos conhecimento de que, no Estado de São Paulo,
287 há a liberação do professor no período de frequência ao Mestrado e no caso do ensino
288 privado o governo ainda faz o ressarcimento desse custo à instituição formadora,
289 salientando o crescente interesse do MEC na formação de professores de educação
290 básica. Prof. Fábio ponderou que são boas perguntas e esclareceu que é um dos únicos
291 programas que ainda não foram afetados pelo corte de gastos do Governo Federal; com
292 relação ao Governo Estadual, disse que o curso funcionará como qualquer outro
293 programa de pós-graduação, ou seja, os interessados passam por uma seleção e haverá
294 bolsa de estudos da CAPES, mas resolvem diretamente com o Estado como ficam as

295 relações de trabalho. Quanto à infraestrutura, precisa ser discutida, pois não há
296 previsão no Programa. A representante dos técnicos Cristiane Shirayama afirmou que a
297 discussão sobre a infraestrutura realmente é importante porque estamos sem verba para
298 a aquisição de livros, item cobrado nas avaliações do MEC – perguntou, então, se há
299 previsão de apoio financeiro do MEC. Prof. Fábio disse que a princípio não há previsão
300 de verba. Prof. Alexandre Carrasco indagou se o diploma do curso é emitido pela
301 Unifesp, ao que o Prof. Fábio respondeu afirmativamente que embora a seleção seja
302 nacional, as instituições que acolhem os alunos são responsáveis pelo desenvolvimento
303 do curso e pela expedição do diploma. O representante técnico Wellington V. disse que
304 a preocupação, na abertura de novos cursos, é com o trabalho dos técnicos: aumentar o
305 trabalho sem aumentar a quantidade de técnicos dificulta, por exemplo, a jornada
306 flexibilizada, por isso é necessário que haja um reforço do compromisso da Reitoria
307 por mais técnicos e fazer gestões junto ao MEC, dada a importância que o Ministério
308 atribuiu a esse programa. Pensa que sempre que houver deliberação sobre a abertura de
309 novos cursos deve haver a condicionante de existência de mais técnicos no campus.
310 Prof. Fábio afirmou que a intenção não é sobrecarregar os técnicos e concordou que os
311 setores não têm que “pagar a conta”. Prof. Daniel V. manifestou que é clara a
312 relevância acadêmica e social do curso, bem como as preocupações dos presentes com
313 relação aos recursos e pessoal necessários, mas não há, por enquanto, a previsão de
314 novos técnicos – perguntou então se vamos aprovar o curso condicionando a isso, ou se
315 temos condições de assumir com os recursos atuais. Wellington V. indagou sobre a
316 quantidade de vagas e a Prof.^a Marineide G. perguntou se há cotas para professores da
317 escola pública. Prof. Glaydson respondeu que justamente pela sobrecarga de trabalho
318 dos docentes e pela questão dos técnicos, as vagas a serem oferecidas no curso foram
319 reduzidas para doze. Disse, ainda, que a Unifesp é a única universidade pública do
320 estado de São Paulo a participar, fazendo um apelo pela aprovação da proposta devido
321 à relevância social da mesma. Prof.^a Liana disse que não ficou claro se está dentro do
322 âmbito do Programa de Pós Graduação em História ou se será um novo Programa e o
323 Prof. Fábio esclareceu que é um novo programa. Prof. Glaydson acrescentou que é um
324 curso novo, ampliado para credenciamento dos professores do Departamento de
325 Educação. O representante técnico Adriano Araújo insistiu na questão das vagas,
326 afirmando que a possibilidade de crescimento da Escola tem um impacto direto como
327 sobrecarga nos técnicos – para os docentes também há sobrecarga, mas esses têm
328 ganhos que aqueles não têm; pensa que a demanda de novos cursos deve ser
329 condicionada à Comissão de Vagas; apesar de entender a relevância social do que está
330 sendo proposto, lembrou que houve uma demanda de vinculação de um técnico de
331 referência por cada curso pelo Departamento de História – se esse curso precisa de um
332 técnico de referência, ele terá que vir de algum lugar. O representante técnico
333 Wellington V. disse que se não houve um técnico novo, algum dos técnicos que está à
334 disposição de um curso terá que se responsabilizar por dois, o que causará um impacto
335 no setor da Pós-Graduação. Prof. Rosário Lugli, com a palavra, esclareceu que o
336 assunto foi discutido na reunião da Câmara de Pós-Graduação e é sobre a Câmara de

337 Pós-Graduação que recairão os trabalhos de organização do curso, não sendo
338 necessária a criação de mais uma Secretaria de Programa. Prof. Daniel V. afirmou que
339 é clara a demanda por mais vagas, mas entende que para abrir esse curso contaremos
340 com os recursos de docentes e técnicos que temos atualmente – e perguntou se o
341 Departamento de História tem condições de absorver esse novo curso. Seguiu dizendo
342 que continuamos na luta por mais servidores e embora tenhamos aumentado em
343 cinquenta por cento os técnicos – eram 58 no início da gestão da atual Direção, agora
344 são 90, sendo que a Pós-Graduação tinha 3 técnicos e agora tem 8 – ainda temos a
345 menor relação técnico por aluno dos *campi* da Unifesp. Entretanto, dado o perfil social
346 e a importância dessa contribuição da Universidade à sociedade, deve-se avaliar se vale
347 a pena o sacrifício em nome da nossa função social, mas ao mesmo tempo deveríamos
348 fazer uma aprovação consciente. Prof. Fábio afirmou que a sobrecarga é para todos e
349 que a ideia é “comprar a briga” para que o Programa não crie mais problemas do que
350 os que já temos. Uma questão importante é que, pelo Edital do Programa, temos que
351 seguir um fluxo de trabalho em rede que nem sempre é o mais adequado para nós. Hoje
352 poderíamos aprovar a participação para cumprir o prazo do Edital, que é 08 de junho,
353 mas isso também não é garantia de que seja aprovada e que temos que fazer um
354 dimensionamento do trabalho de acordo com nosso potencial e nossas limitações. Prof.
355 Glaydson reforçou que as limitações são tanto da parte dos técnicos quanto da parte dos
356 docentes e que as condições não são sempre favoráveis; entretanto, com a aprovação,
357 temos condições de fazer novas solicitações ao MEC. Prof. Daniel V. propôs a
358 aprovação da proposta e que o Conselho de Pós Graduação leve o nosso compromisso
359 social, mas também o sacrifício feito em nome disso. A proposta foi aprovada por
360 unanimidade e o Prof. Daniel V. agradeceu pela boa vontade, especialmente dos
361 técnicos, setor com mais carência de pessoal. Seguiu dizendo que é um programa
362 nacional, que vai atender a uma necessidade de professores da educação básica e
363 perguntou se há interesse de outros Departamentos em oferecer cursos semelhantes,
364 para que possamos nos preparar e pedir à Reitoria que tenhamos mais técnicos para
365 atender exclusivamente a esses programas. Prof. Alexandre C. disse que, no
366 Departamento de Filosofia, a questão ainda está em aberto. Prof. Glaydson agradeceu
367 também pela sensibilidade da Congregação para com essa importante demanda,
368 especialmente dos representantes técnico-administrativos. O décimo ponto da pauta:
369 **Nota de repúdio à violência contra professores do Estado do Paraná.** Prof. Daniel
370 V. leu o texto da Nota e perguntou se poderíamos aderir e enviar ao Consu essa
371 manifestação de nossa Escola diante de fato tão grave. Em votação, a Nota foi
372 aprovada por unanimidade. Prof. Bruno Comparato informou que há uma lista de
373 discussões na USP tratando do assunto, formada a partir do abaixo-assinado pelos
374 docentes de Letras/Espanhol e que também está fazendo uma moção de apoio à greve
375 dos professores do Estado de São Paulo. Passou-se então aos **informes**. Prof. Daniel V.
376 falou sobre o esforço de se trazer um **equipamento para um estúdio de rádio e TV**
377 para o campus, que servirá para difusão de conhecimento e conteúdos educacionais,
378 recurso que pode ser usado por todos como um instrumento importante de difusão e

379 extensão universitária; é um equipamento que poderá transmitir som e imagem com
380 qualidade, sendo necessário criar uma política para o uso desse equipamento pela
381 Comissão de Comunicação do campus, que está sendo recomposta. Prof.^a Liana
382 afirmou que, na fala do Prof. Daniel, suas preocupações já foram esclarecidas, de quem
383 vai gerir o equipamento é uma Comissão Permanente da Congregação, pois os
384 conteúdos transmitidos apresentam a nossa Escola para o mundo. Perguntou então qual
385 é o técnico que vai manipular esses equipamentos. Prof. Daniel V. disse que
386 precisaremos requerer um técnico de audiovisual para o campus. O próximo informe
387 versou sobre as **Comissões permanentes do campus** – Prof. Daniel V. lembrou que
388 foi feita a chamada e a preocupação é se conseguiremos preencher as vagas discentes.
389 O representante discente Carlos Alberto Silva informou que os estudantes vão decidir
390 sobre essas indicações em Assembleia e que a Comissão de Moradia está quase
391 completa. Prof. Daniel V. informou que a única Comissão que não será recomposta é a
392 CPA, pois foi formada recentemente, teve Portaria de nomeação dos membros e está
393 em funcionamento, sob a coordenação do prof. Rogério Schlegel e devem apresentar
394 Plano de Trabalho na próxima reunião da Congregação. A seguir tratou da **greve**
395 **estudantil** com um histórico dessa situação no campus, tentativas de negociação e
396 audiências públicas e lembrou que foram emitidos vários informativos sobre as
397 conquistas junto à EMTU, como o reforço nas linhas com 25 ônibus a mais, a
398 agilização do Passe Livre e as linhas expressas, com menos paradas – a preocupação é
399 com o esgotamento das possibilidades institucionais de atendimento das reivindicações,
400 pois a última Assembleia decidiu não somente continuar a greve, como instalar um
401 acampamento no campus. Já se perderam 35 dias letivos, ou um terço do semestre – a
402 Reitoria e a Direção Acadêmica entendem que já fizeram tudo o que estava ao alcance.
403 Perguntou, então, qual era o posicionamento dos Departamentos/cursos, afirmando que
404 a Direção Acadêmica está aberta a sugestões do que se pode encaminhar, para informar
405 os alunos; que seria importante os cursos debaterem essa questão seriamente e,
406 eventualmente, haver uma reunião da Congregação Extraordinária para tratar
407 exclusivamente dessa pauta. O representante discente Carlos Alberto Silva informou
408 que a Ponte Orca não é mais a pauta principal, mas a gratuidade dos ônibus e que as
409 linhas sejam integralmente expressas. Prof. Daniel V. pediu que ele esclarecesse se o
410 que os alunos desejam é que a Universidade custeie a passagem dos alunos que não
411 têm a gratuidade. Carlos Alberto respondeu que sim, além de outros itens, como o
412 reajuste dos auxílios, cujos valores são os mesmos desde 2012. Prof.^a Marineide
413 informou que há abertura da PRAE para analisar caso a caso, mas tanto os alunos que
414 podem, quanto os que não podem pagar não estão vindo sequer às Assembleias,
415 configurando um cenário de evasão – e indagou se é isso que os estudantes querem
416 com o movimento grevista – ou se não se trata de implicar mais estudantes na
417 conquista de benefícios que serão para todos. Prof. Daniel V. passou então a palavra à
418 Mariana Puridade, coordenadora do NAE, para apresentar as **ações em andamento** e
419 um Plano de Trabalho do Núcleo. A coordenadora falou sobre a importância de se
420 pensar na permanência dos estudantes, público-alvo de nossa Universidade, com eixos

421 de atuação a partir de demandas dos estudantes que extrapolam a assistência estudantil
422 e se ligam às relações institucionais, às relações entre os estudantes e às relações entre
423 estudantes e professores. Falou também sobre o problema da violência no campus, com
424 um caso de estupro e de agressão física, para a qual há um projeto mais amplo e sobre
425 ações mais específicas relativas ao recente caso de suicídio de um estudante, como o
426 grupo de escuta “Perdas & Luto”. Informou, por fim, que a Comissão Local de
427 Moradia retomou as reuniões mensais, que estão acontecendo no NAE – e pediu a
428 inserção de mais um docente que tenha afinidade com esse tema para participar, pois a
429 troca maior com os docentes tem reflexos na sala de aula, afirmando que o Plano de
430 Trabalho do NAE será enviado por e-mail à lista da Congregação. O representante
431 técnico Wellington V. alertou a Congregação sobre os **casos de clonagem de cartões**
432 **do Banco do Brasil** no caixa eletrônico do Carrefour, informando que diversos
433 servidores e estudantes sofreram prejuízos. A reunião foi encerrada e eu, Alessandra
434 Fernandes, secretária da Congregação, lavrei a presente ata.